

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Enerbras Centrais Elétricas S.A.
Salvador - BA

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Enerbras Centrais Elétricas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerbras Centrais Elétricas S.A., o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Aprovação das demonstrações contábeis e destinações dos resultados de exercícios anteriores

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Enerbras Centrais Elétricas S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como as destinações do resultado daqueles exercícios, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e comparativa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas bem como as destinações do resultado daquele exercício foram aprovadas pelos acionistas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, a controladora Renova Energia e determinadas controladas, protocolaram em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, os planos de recuperação judicial tiveram os seus planos aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparação, foram examinadas, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria com modificação de opinião em 01 de outubro de 2020, quanto a ausência de aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e destinações dos resultados de exercícios anteriores. Com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, nosso entendimento foi que estas incertezas foram superadas para esse exercício.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.895	137	81	51
Aplicações financeiras	4	15.787	1.277	-	-
Tributos a recuperar		35	64	34	64
Contas a receber de clientes	5	4.395	3.607	-	-
Dividendos a receber	8.1	-	-	63.310	43.146
Adiantamentos a fornecedores		9	19	-	-
Outros créditos		157	157	-	-
Total do ativo circulante		<u>27.278</u>	<u>5.261</u>	<u>63.425</u>	<u>43.261</u>
NÃO CIRCULANTE					
Cauções e depósitos vinculados	6	11.813	11.502	-	-
Partes relacionadas	14	79.244	81.392	608	614
Tributos diferidos	7	1.069	933	-	-
Investimentos	8	-	-	109.028	107.966
Imobilizado	9	147.083	152.528	-	-
Total do ativo não circulante		<u>239.209</u>	<u>246.355</u>	<u>109.636</u>	<u>108.580</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>266.487</u>	<u>251.616</u>	<u>173.061</u>	<u>151.841</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE					
Fornecedores		332	549	-	-
Financiamentos	10	11.929	7.858	-	-
Tributos a recolher		214	465	2	1
Dividendos a pagar	15.2	30.363	20.284	30.363	20.284
Arrendamentos a pagar	9.1	265	213	-	-
Contas a pagar Eletrobras	11	3.640	10.064	-	-
Provisão para custos socioambientais	13	1.014	1.014	-	-
Outras contas a pagar	12	300	1.337	-	-
Partes relacionadas	14	258	1.053	-	-
Total do passivo circulante		<u>48.315</u>	<u>42.837</u>	<u>30.365</u>	<u>20.285</u>
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	10	53.677	55.299	-	-
Arrendamentos a pagar	9.1	8.616	8.187	-	-
Contas a pagar Eletrobras	11	12.432	12.713	-	-
Outras contas a pagar	12	751	1.024	-	-
Total do passivo não circulante		<u>75.476</u>	<u>77.223</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	15	101.955	101.955	101.955	101.955
Reservas de capital		4.237	4.237	4.237	4.237
Reserva de lucros		36.504	25.364	36.504	25.364
Total do patrimônio líquido		<u>142.696</u>	<u>131.556</u>	<u>142.696</u>	<u>131.556</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		<u>266.487</u>	<u>251.616</u>	<u>173.061</u>	<u>151.841</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	16	47.128	42.812	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo de operação		(6.310)	(6.747)	-	-
Depreciações e amortizações	9	(6.150)	(6.087)	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição		(889)	(785)	-	-
Total	17	(13.349)	(13.619)	-	-
LUCRO BRUTO		<u>33.779</u>	<u>29.193</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
DESPESAS					
Gerais e administrativas		(3.788)	(4.843)	(7)	153
Outras despesas		(4)	(1.538)	-	(8)
Total	17	(3.792)	(6.381)	(7)	145
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	21.226	18.734
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>29.987</u>	<u>22.812</u>	<u>21.219</u>	<u>18.879</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		(573)	5.487	2	43
Despesas financeiras		(6.868)	(6.528)	-	-
Total	18	(7.441)	(1.041)	2	43
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>22.546</u>	<u>21.771</u>	<u>21.221</u>	<u>18.922</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.389)	(2.470)	(2)	(5)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7	62	(384)	-	-
Total	19	(1.327)	(2.854)	(2)	(5)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>21.219</u>	<u>18.917</u>	<u>21.219</u>	<u>18.917</u>
Lucro básico e diluído por ação (expressos em reais- R\$)				4,10	3,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	21.219	18.917	21.219	18.917
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>21.219</u>	<u>18.917</u>	<u>21.219</u>	<u>18.917</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
				Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		101.955	4.237	3.950	11.482	-	121.624
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	18.917	18.917
Constituição de reserva legal		-	-	947	-	(947)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(8.985)	(8.985)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	8.985	(8.985)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	15	101.955	4.237	4.897	20.467	-	131.556
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	21.219	21.219
Constituição de reserva legal		-	-	1.061	-	(1.061)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.2	-	-	-	-	(10.079)	(10.079)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	10.079	(10.079)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	15	101.955	4.237	5.958	30.546	-	142.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		21.219	18.917	21.219	18.917
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	9, 17	6.150	6.087	-	-
Encargos sobre mútuo (líquido)	14, 18	1.011	(4.665)	8	(37)
Juros sobre financiamentos	10.1, 18	5.617	5.298	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	18	(425)	(816)	-	-
Atualização e provisão líquida Eletrobras	11.1	2.433	3.275	-	-
Tributos diferidos	7.1	(136)	840	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	(21.226)	(18.734)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(788)	1.835	-	-
Adiantamento a fornecedor		10	(19)	-	-
Tributos a recuperar		29	35	30	35
Outros créditos		-	167	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		988	(193)	-	(160)
Tributos a recolher		93	1.130	(1)	(10)
Contas a pagar Eletrobras	11.1	(9.138)	(14.276)	-	-
Outras contas a pagar	13.1	(1.310)	1.108	-	-
Partes relacionadas		(795)	1.450	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(344)	(1.030)	-	-
Pagamentos de juros sobre financiamentos	10.1	(1.223)	(5.282)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		23.391	13.861	30	11
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado em serviço	9	(3)	(11)	-	-
Aplicações financeiras, cauções e depósitos vinculados		(14.396)	3.117	-	-
Partes relacionadas		1.137	(14.885)	-	12
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		(13.262)	(11.779)	-	12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de passivos de arrendamento		(1.426)	(1.333)	-	-
Pagamentos de financiamentos	10.1	(1.945)	(7.547)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.371)	(8.880)	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.758	(6.798)	30	23
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	137	6.935	51	28
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	6.895	137	81	51
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.758	(6.798)	30	23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras” ou “Companhia”) constituída em 9 de fevereiro de 2001, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., (“Espra” ou “Controlada”), sociedade por ações com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

A Espra é uma sociedade de propósito específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW*; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW*; e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, no estado da Bahia.

A Enerbras é controlada pela Renova Energia S.A. - em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Desde 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos a partir de 24 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período.

PCH	Valor total do contrato R\$ mil	Montante autorizado a ser vendido MWh	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			Contratual	Atualizado	Inicial	Final		
			R\$	R\$				
Cachoeira da Lixa	168.009	65.174	121,35	305,29	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	149.297	57.903	121,35	305,29	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	213.370	41.084	121,35	305,29	jul/08	jun/28	IGP-M	junho

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Repactuação do risco hidrológico

A controlada Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico em 15 de janeiro de 2016, para as PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e em 20 de dezembro de 2017 para a PCH Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 12,45 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 14,68 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2020 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

O montante da exposição ao contrato repactuado referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa foi reconhecido como despesa paga antecipadamente e foi apropriado ao resultado na rubrica “Repactuação do risco hidrológico” até junho de 2020. Em julho de 2020, a Eletrobras informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Controlada, no próprio mês de sua realização.

No exercício de 2020, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.141 (R\$2.048 em 2019), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação (Nota 17).

1.2. Recuperação judicial do Grupo Renova

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e suas controladas, e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a controladora Renova Energia e suas controladas reconheceram os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira da Renova Energia e das controladas, os planos preveem:

- i) a captação do empréstimo ponte DIP para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação de um empréstimo na modalidade Debtor in Possession (DIP) pela parte relacionada Chipley SP Participações S.A. – em recuperação judicial (“Chipely”) e coobrigações da controladora Renova Energia e da parte relacionada Renova Participações S.A. - em recuperação judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (Nota 23.1);
- ii) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital do Grupo Renova. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela parte relacionada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada SF 120 Participações Societárias S.A. (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% ações representativas do capital social da Companhia (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (Nota 23.2) e f) outros projetos em desenvolvimento;
- iii) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- iv) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade do Grupo Renova.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

A Companhia não é parte do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

1.3. COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e consequentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019. Considerando ainda que a Companhia possui contratos PROINFA (no ambiente regulado), não houve nenhum impacto nas suas operações e nem no seu contrato com a Eletrobrás.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia e sua controlada.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 11 de junho de 2021.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 20)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou sua controlada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e sua Controlada.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e sua Controlada gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e sua controlada possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 4);
- Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa 6); e
- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 14).

b) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e sua Controlada mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e sua controlada possuem e mantêm classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota explicativa 5).

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e sua controlada compreendem:

- Fornecedores;
- Financiamentos (nota explicativa 10); e
- Contas a pagar Eletrobrás (nota explicativa 11).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

2.3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia ou sua controlada possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.5. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Controlada é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, quando são cumpridas as obrigações de desempenho, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda de energia elétrica gerada é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.6. Imposto de renda e contribuição social

Para a Companhia, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Espra optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e sua controlada revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e sua controlada calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.4.2. Provisão para custos socioambientais

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 13.

2.4.3 Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

Conforme mencionado na nota 2.3.2.2, a Controlada utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Controlada revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 9.

2.5. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada é reconhecida através do método de equivalência patrimonial.

2.6. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia e sua controlada.

Alterações ao CPC 26/IAS 1 - Classificação do passivo em circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Conforme mencionada na nota explicativa 1, a Companhia detém 99,99% de participação na controlada Espira e desta forma, efetua a consolidação integral em suas demonstrações financeiras.

Principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada; e,
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

Os critérios contábeis adotados na apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	5.451	137	81	51
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.444	-	-	-
Aplicações financeiras	15.787	1.277	-	-
Total	<u>22.682</u>	<u>1.414</u>	<u>81</u>	<u>51</u>
Apresentados como:				
Caixa e equivalentes de caixa	6.895	137	81	51
Aplicações financeiras	15.787	1.277	-	-
Total	<u>22.682</u>	<u>1.414</u>	<u>81</u>	<u>51</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas média de 103,05% (2019 – de 56,81%) do CDI – Certificado de depósito interbancário.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S/A	4.395	3.607

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 da controlada ESPRA são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

6. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS (CONSOLIDADO)

Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 50% do CDI, efetuado pela controlada ESPRA e vinculada ao financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

7. TRIBUTOS DIFERIDOS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS diferido	103	90
COFINS diferida	477	416
IRPJ diferido	318	277
CSLL diferida	171	150
Total	<u>1.069</u>	<u>933</u>

Os tributos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada pela controlada ESPRA. Esses tributos diferidos foram calculados pela controlada utilizando-se as alíquotas oficiais com base no lucro presumido.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

7.1. Movimentação dos tributos diferidos

	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	811	962	1.773
Movimentação líquida	<u>(384)</u>	<u>(456)</u>	<u>(840)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	427	506	933
Movimentação líquida	<u>62</u>	<u>74</u>	<u>136</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>489</u></u>	<u><u>580</u></u>	<u><u>1.069</u></u>

8. INVESTIMENTO

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>	<u>Dividendos</u> <u>propostos</u>	<u>Equivalência</u> <u>patrimonial</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Dividendos</u> <u>propostos</u>	<u>Equivalência</u> <u>patrimonial</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>
Espra	107.028	(17.796)	18.734	107.966	(20.164)	21.226	109.028

8.1 Movimentação de dividendos a receber

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.350
Dividendos propostos	17.796
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.146
Dividendos propostos	<u>20.164</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>63.310</u></u>

Os dividendos propostos pela controlada ESPRA estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

9. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Terrenos		595	-	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	-	95.797	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	-	46.336	-	46.336
Máquinas e equipamentos	4%	65.012	-	65.012	-	65.012
Móveis e utensílios	10%	142	-	142	-	142
Equipamentos de informática	17%	247	-	247	-	247
Outros	14%	15	-	15	-	15
Administração						
Equipamentos de informática	20%	18	-	18	-	18
		208.162	-	208.162	-	208.162
Estoques						
Almoxarifado geral		3	11	14	3	17
Total		208.165	11	208.176	3	208.179
(-) Depreciação						
Geração						
Reservatórios, barragens e adutoras		(23.410)	(2.234)	(25.644)	(2.234)	(27.878)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(13.165)	(1.264)	(14.429)	(1.263)	(15.692)
Máquinas e equipamentos		(21.164)	(2.014)	(23.178)	(2.013)	(25.191)
Móveis e utensílios		(126)	(4)	(130)	(1)	(131)
Equipamentos de informática		(247)	-	(247)	-	(247)
Outros		(13)	(1)	(14)	(1)	(15)
Administração						
Equipamentos de informática		(18)	-	(18)	-	(18)
Total		(58.143)	(5.517)	(63.660)	(5.512)	(69.172)
Total do imobilizado em serviço		150.022	(5.506)	144.516	(5.509)	139.007
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento		-	8.582	8.582	702	9.284
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo						
		-	(570)	(570)	(638)	(1.208)
Total direito de uso		-	8.012	8.012	64	8.076
Total do imobilizado		150.022	2.506	152.528	(5.445)	147.083

As imobilizações em serviço estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs da Espra: Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

A ANEEL, através do ofício 459/2001, emitido em 26 de junho de 2001, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela controlada Espra no âmbito do financiamento com o Banco do Nordeste - BNB.

A controlada procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a revisão do valor recuperável do seu ativo imobilizado utilizando como premissa o método do valor em uso dos ativos e a taxa de desconto real (WACC) par trazer a valor presente os fluxos de caixa foi de 7,21%. Como resultado a controlada não identificou indícios de perda do valor recuperável.

9.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a controlada identificou 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Controlada reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2020</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	1.474
Direito de uso do ativo arrendado	9.284	(-) Juros a apropriar	<u>(1.209)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(1.208)</u>	Total do passivo circulante	265
	8.076	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	17.671
		(-) Juros a apropriar	<u>(9.055)</u>
		Total do passivo não circulante	8.616
Ativo total	<u><u>8.076</u></u>	Passivo total	<u><u>8.881</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Controlada que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Controlada reconheceu no resultado do exercício a depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Custo	
Amortização direito de uso	638
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>1.205</u>
Total	<u><u>1.843</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2021	1.210	1.475
2022	1.170	1.475
2023	1.126	1.475
2024	1.074	1.474
2025 a 2029	4.302	7.359
2030 a 2033	<u>1.382</u>	<u>5.887</u>
Total	<u><u>10.264</u></u>	<u><u>19.145</u></u>

10. FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	11.929	7.858
Não Circulante	53.677	55.299
Total	<u>65.606</u>	<u>63.157</u>

A controlada ESPRA, com interveniência da Companhia, obteve financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a controlada ESPRA cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos. O contrato não exige índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, no valor de R\$138.990, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Companhia, no valor de R\$374.625 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.813, em 31 de dezembro de 2020 (nota explicativa 6).

Em 28 de abril de 2020, a Controlada repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal.

10.1 Movimentação:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	63.157	70.688
Encargos financeiros provisionados	5.617	5.298
Encargos financeiros pagos	(1.223)	(5.282)
Amortização de financiamento	(1.945)	(7.547)
Saldo final	<u>65.606</u>	<u>63.157</u>

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Valor</u>
2022	11.928
2023	11.928
2024	11.928
2025	11.928
2026	5.965
Total	<u><u>53.677</u></u>

11. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Eletrobras		
Circulante	3.640	10.064
Não circulante	<u>12.432</u>	<u>12.713</u>
Total	<u><u>16.072</u></u>	<u><u>22.777</u></u>

O contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada ESPRA e a Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobras. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

11.1. Movimentação:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2020</u>
ELETROBRAS	33.778	3.275	(14.276)	22.777	2.433	(9.138)	16.072

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a controlada ESPRA, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$1.418. A controlada decidiu pelo pagamento mediante o parcelamento dos valores autuados junto à Receita Federal para mitigar os riscos tributários decorrentes do citado Auto de Infração.

Ainda, em 10 de dezembro de 2019, a controlada Espra assinou com a Renova Energia instrumento particular de assunção de dívida assumindo integral e incondicionalmente a obrigação de pagamento da dívida da acionista com terceiro, no montante de R\$1.253, em seis parcelas iguais e sucessivas, sendo a primeira paga em dezembro de 2019. Essa dívida foi quitada em maio de 2020.

12.1 Movimentação:

Saldo em				Saldo em			Saldo em
31/12/2018	Provisão	Atualização	Amortização	31/12/2019	Atualização	Amortização	31/12/2020
-	2.671	41	(351)	2.361	18	(1.328)	1.051

Apresentados como:

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	300	1.337
Não circulante	751	1.024
Total	1.051	2.361

13. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS (CONSOLIDADO)

A controlada reconheceu em suas demonstrações financeiras provisão para compensação ambiental baseado na norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante os órgãos reguladores.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo				Resultado financeiro			
	Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mútuo ^(a)								
<u>Espra</u>								
Renova Energia	63.770	65.757	-	-	(792)	3.627	-	-
Renova Comercializadora	14.866	15.021	-	-	(211)	1.001	-	-
	<u>78.636</u>	<u>80.778</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.003)</u>	<u>4.628</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Enerbras</u>								
Renova Comercializadora	608	614	608	614	(8)	37	(8)	37
	<u>79.244</u>	<u>81.392</u>	<u>608</u>	<u>614</u>	<u>(1.011)</u>	<u>4.665</u>	<u>(8)</u>	<u>37</u>

	Consolidado			
	Passivo		Despesa	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Espra - Renova Energia				
Rateio de despesa ^(b)	258	1.053	(3.271)	(4.863)

a) Mútuo – mútuos realizados com sua controladora indireta Renova Energia e com a parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”) com o objetivo de suprir a necessidade de caixa dessas empresas. Esses contratos estão sujeitos a correção pela TR (TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a, até março de 2020).

Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial mencionado na Nota 1.2, os saldos devidos pelas partes relacionadas foram revisados e ajustados conforme previsto no referido Plano.

b) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, que rateia esse gasto entre suas controladas diretas e indiretas, conforme exposto no item (b) acima.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é de R\$101.955 e está representado por 5.170.101 ações, sendo 4.337.536 ações ordinárias, 3 (três) ações preferenciais de classe "A"; 832.562 ações preferenciais de classe "B", todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial.

Ações dadas em garantia

Em 03 de maio de 2019, a controladora Renova Energia renegociou dívida com o Banco BTG Pactual S.A., e apresentou como garantia a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela Renova Energia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da controlada Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Até a presente data, a Administração da Companhia não foi comunicada sobre qualquer alteração na posse e/ou propriedade das ações representativas do seu capital social, não tendo alterado o tratamento dado até então a essas garantias.

15.2. Destinação do lucro

O resultado do exercício será destinado, observando-se o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A., como descrito a seguir:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas conforme abaixo especificado.

As ações preferenciais de classe "B" e as ações preferenciais de classe "A" farão jus exclusivamente a dividendo fixo, cumulativo, anual de R\$ 0,01 (um centavo) por lote de 1.000 (um mil) ações e terão prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, sem prêmio.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração está propondo ad referendum a Assembleia Geral de Acionistas dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$10.079, conforme apresentados a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dividendos fixos – R\$0,01 (um centavo) por lote de 1000 ações		
Preferenciais “A”	-	-
Preferenciais “B”	<u>8</u>	<u>8</u>
Total dividendos fixos	<u>8</u>	<u>8</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	21.219	18.917
Reserva legal constituída	(1.061)	(946)
Base de cálculo para dividendos	20.158	17.971
Percentual legal de dividendos mínimos obrigatórios	50%	50%
Dividendos mínimos obrigatórios	10.079	8.985
Dividendos fixo	8	8
	<u>1,95</u>	<u>2,07</u>

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos a pagar (consolidado):

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.299
Dividendos propostos	<u>8.985</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.284
Dividendos propostos	<u>10.079</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>30.363</u></u>

16. RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>MWh*</u>	<u>Valor</u>	<u>MWh*</u>	<u>Valor</u>
Geração				
Suprimento de energia elétrica	150.229	48.549	131.083	44.434
(-) Impostos sobre receita (PIS/COFINS)		(1.421)		(1.622)
Total		<u><u>47.128</u></u>		<u><u>42.812</u></u>

(*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

17. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição	(761)	-	(761)	(659)	-	(659)
Taxa de fiscalização	(128)	-	(128)	(126)	-	(126)
	<u>(889)</u>	<u>-</u>	<u>(889)</u>	<u>(785)</u>	<u>-</u>	<u>(785)</u>
Serviços de terceiros	(3.610)	(300)	(3.910)	(3.442)	83	(3.359)
Depreciações e amortizações (nota 9)	(6.150)	-	(6.150)	(6.087)	-	(6.087)
Repactuação do risco hidrológico (nota 1.1)	(2.141)	-	(2.141)	(2.048)	-	(2.048)
Material de uso e consumo	(354)	(27)	(381)	(1.047)	(30)	(1.077)
Seguros	(205)	-	(205)	(210)	-	(210)
Pessoal e administradores	-	(2.733)	(2.733)	-	(4.263)	(4.263)
Penalidade Fiscal (nota 12)	-	-	-	-	(1.418)	(1.418)
Telefonia e TI	-	(471)	(471)	-	(459)	(459)
Viagens	-	(33)	(33)	-	(116)	(116)
Impostos e taxas	-	(224)	(224)	-	(53)	(53)
Outras	-	(4)	(4)	-	(125)	(125)
	<u>(12.460)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>(16.252)</u>	<u>(12.834)</u>	<u>(6.381)</u>	<u>(19.215)</u>
Total	<u>(13.349)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>(17.141)</u>	<u>(13.619)</u>	<u>(6.381)</u>	<u>(20.000)</u>

	Controladora	
	Despesas	
	31/12/2020	31/12/2019
Reversão de provisão	-	160
Impostos e taxas	(7)	(7)
Outras	-	(8)
Total	<u>(7)</u>	<u>145</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reverteu provisões anteriormente constituídas considerando a não expectativa de desembolso de caixa futuro para liquidar.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	425	816	-	-
Juros - mútuo (nota 14)	(1.011)	4.665	(8)	37
Outras Receitas Financeiras	13	7	10	7
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira	-	(1)	-	(1)
Total das receitas financeiras	<u>(573)</u>	<u>5.487</u>	<u>2</u>	<u>43</u>
Despesas financeiras				
Encargos da dívida (nota 10.1)	(5.617)	(5.298)	-	-
IOF	(2)	(10)	-	-
Juros sobre obrigação de arrendamento	(1.205)	(1.152)	-	-
Outras	(44)	(68)	-	-
Total das despesas financeiras	<u>(6.868)</u>	<u>(6.528)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado financeiro	<u>(7.441)</u>	<u>(1.041)</u>	<u>2</u>	<u>43</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Lucro real:

Consolidação da despesa de IR e CSLL corrente da controladora

	Controladora	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	21.221	18.921
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(7.215)	(6.433)
Exclusões (adições) permanentes		
Despesas não dedutíveis	(2)	(2)
Resultado da equivalência patrimonial	7.217	6.369
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:		
Provisões temporárias	(3)	58
Prejuízo fiscal e base negativa	1	3
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(2)</u>	<u>(5)</u>

Lucro presumido:

Consolidação da despesa de IR e CSLL corrente da controlada – Energética Serra da Prata S.A.

	Controlada	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Base de cálculo presumido	48.549	44.434
Alíquota lucro presumido IRPJ		
IRPJ - 8%	3.884	3.555
CSLL - 12%	5.826	5.332
Outras receitas	<u>442</u>	<u>4.427</u>
Base de cálculo		
IRPJ	4.326	7.982
CSLL	6.268	9.759
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	(1.646)	(2.874)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	24	24
Ajuste IRPJ e CSLL diferidos	297	-
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(1.325)</u>	<u>(2.850)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de sua controlada.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6.895	137	6.895	137
Aplicações financeiras	17.231	1.277	17.231	1.277
Contas a receber de clientes	4.395	3.607	4.395	3.607
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	11.813	11.502	11.813	11.502
Partes relacionadas	79.244	81.392	79.244	81.392
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	332	549	332	549
Financiamentos	11.929	7.858	11.929	7.858
Não circulante				
Financiamentos	53.677	55.299	53.677	55.299

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6.895	-	137	-
Aplicações financeiras	17.231	-	1.277	-
Contas a receber de clientes	-	4.395	-	3.607
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	-	11.813	-	11.502
Partes relacionadas	-	79.244	-	81.392
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	332	-	549
Financiamentos	-	11.929	-	7.858
Não circulante				
Financiamentos	-	53.677	-	55.299

c) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Espra possui como contraparte o BNB. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía risco de mercado, uma vez que a taxa do financiamento captado é pré-fixada.

d) Risco de liquidez (consolidado)

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e sua controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia e sua controlada somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo.

Instrumentos a taxa de juros pré-fixada	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos	2.982	8.946	47.713	5.965	65.606

e) Risco de crédito (consolidado)

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e sua controlada a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e sua controlada a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 5.

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital (consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Dívida de financiamentos	65.606	63.157
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(34.495)</u>	<u>(12.916)</u>
Dívida líquida	31.111	50.241
Patrimônio líquido	<u>142.696</u>	<u>131.556</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>22%</u>	<u>38%</u>

Os objetivos da Companhia e de sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

h) Risco da escassez hidrológica

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Espira, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da controlada está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota 1 as três PCHs da controlada optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos a receber	8	-	-	20.164	17.796
Direito de uso - Arrendamento	9	702	8.582	-	-
Partes relacionadas (passivo)	12, 14	-	1.253	-	-
Partes relacionadas (encontro de contas)	14	-	1.538	-	-
Dividendos a pagar	15	10.079	8.985	10.079	8.985

22. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco de operação com coberturas de seguros contratados pela Companhia e sua controlada.

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais	R\$ 72.168	25/10/2016	25/10/2021
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2021

23. EVENTOS SUBSEQUENTES**23.1 Recebimento do DIP**

Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora Renova Energia, em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante de R\$ 362.465 proveniente do empréstimo DIP (Nota 1.2). O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

23.2 Leilão UPI Fase B

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, os ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e conseqüentemente maximizar o valor da operação.

23.3 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, a controladora Renova Energia e determinadas controladas que integram o plano de recuperação judicial realizaram os pagamentos iniciais aos credores das Classes III e IV, de acordo com seus Planos de Recuperação Judicial aprovados no dia 18 de dezembro de 2020.

23.4 Aumento de capital

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a "1ª Janela do Pedido de Conversão" foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial do Grupo Renova.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
